

**Gladson da Rocha**

## A expansão de Brasília (1)

Ainda surpreso com as decisões referentes ao desenvolvimento urbano da nossa nova capital, em continuação ao meu artigo publicado na pág. 13 deste jornal em 09/03/87, volto a comentar vários aspectos do Plano de Expansão de Brasília recém-aprovado pelo Cauma.

A honorabilidade da pessoa e do profissional Lúcio Costa é de tal grandeza que nada poderá atingi-lo ou pôr em dúvida a sua competência como arquiteto e urbanista.

São 60 anos de uma liderança profissional do melhor nível que contribuiu para projetar o Brasil também no exterior como uma das nações emergentes da arquitetura mundial de pós-guerra.

A difícil tarefa de elaborar um plano de desenvolvimento ou de expansão urbana é diretamente proporcional à qualidade e à importância da sua própria motivação.

Tratando-se do Plano de Expansão de Brasília, certas decisões de planejamento urbano não devem ser indicadas ou tomadas por segundos ou terceiros. Eu diria que, em geral, somente uma liderança superior, dotada de todas as suas forças criativas que lhe facultam um dom especial com poder decisório, poderia reunir condições de formação e experiência profissionais necessárias ao acerto final de uma opção urbanística definitiva.

É bem possível que o repasso de dados e as informações prestadas por uma suposta assessoria local tenham sugerido ao mestre Lúcio a proposta aprovada pelo Cauma, que me causa surpresa e me posiciona a questionar uma série de aspectos básicos e essenciais para que me seja possível, futuramente, ter condições de sugerir alternativas próprias para o conforto do espaço imediato que envolve a nossa cidade-capital.

Em área linear e contínua, a cidade de Brasília não tem para onde crescer. A sua preciosa estrutura urbana deve ser preservada com a característica básica de "Cidade Verde" como exemplo maior desse pensamento urbanístico proposto inicialmente por Le Corbusier. Pela síntese que representa situada no seu tempo, a nossa nova capital pode orgulhar-se de ser o plano urbanístico de maior escala, mais importante de toda a nossa era moderna.

Os contras que me desculpem, mas tenho plena certeza dessa afirmação. É absolutamente essencial que o Plano Diretor de Brasília mantenha as condições de conforto urbano dignas da sede do governo federal, do centro administrativo da nação brasileira e da capital de todos nós.

É urgente a despoluição do Lago Paranoá e a conservação de suas águas próprias para o uso e o lazer da população. Não se deve admitir a implantação de assentamentos humanos de maior densidade na bacia do Paranoá sem as devidas providências paralelas para o tratamento adequado de suas águas servidas e esgotos.

Por essa e outras razões, a chapada e as vertentes do Torto sugerem uma taxa de ocupação do solo de baixa densidade demográfica que admita o uso de fossas sépticas sem prejudicar as condições sanitárias do Lago do Paranoá ou do futuro Lago do São Bartolomeu do outro lado da EPCT ou da crista divisória de águas.

Se o Plano de Expansão aprovado for implantado, experiências anteriores demonstram que na virada do século teremos cerca de 2 milhões de habitantes só na bacia do Paranoá. Serão 400 mil famílias que exigem 400 mil unidades habitacionais, cerca de 400 milhões de litros de água potável por dia só para o consumo domiciliar, o mínimo de 600 mil empregos disponíveis e demais serviços e equipamentos necessários à comunidade. Não havendo condições de trabalho local, seria o caso do brasileiro morar na chapada do Torto e ter que viajar diariamente para as satélites ou para o entorno do DF, onde estará o grande mercado de trabalho do Planalto Central. Não creio que seja essa a qualidade de vida urbana que gostaríamos de propor para os nossos filhos e netos.

Se todas as áreas do Plano de Expansão de Brasília pudessem resolver para sempre o déficit local de habitação para as populações de média e baixa rendas, talvez valesse a pena o sacrifício de um crescimento capenga e o de se construir nas áreas verdes urbanas, projetadas para funcionar como pulmões da cidade. Mas não é bem assim. O problema de teto é semelhante ao do transporte urbano. Não haverá nunca uma solução definitiva, estará sempre em vias de solução.

Por essas razões e outras tantas que o espaço desta página não me permite considerar, sou favorável a que se posponha esse Plano de Expansão Urbana para quando não houver outras alternativas mais razoáveis e coerentes. Ainda temos muitas áreas disponíveis para assentamentos urbanos fora das bacias do Paranoá e do São Bartolomeu. Uma delas a meia distância satélite, com acesso pelo SHI Sul e com estudo preliminar (quase anteprojeto) elaborado pelo DAU — SVO — GDF para 100 mil habitantes, localizada entre a EPCT e a antiga DF-11. A iniciativa privada poderia prestar valiosa colaboração na implantação dessa cidade linear, que poderá ser construída por etapas, sem prejuízo dos serviços e equipamentos comunitários.

Todos os critérios orientados para o conforto da nossa nova capital me levam a preferir uma ampla descentralização do seu acréscimo populacional em direção ao entorno imediato do DF, onde se poderá facilmente implantar distritos industriais, agrovilas ou cooperativas rurais, tão logo quanto se quiser.

Com esse sentido preferencial de crescimento e outras propostas com melhores detalhes que poderão ser abordadas em artigos posteriores relacionados com invasões, habitação, rede urbana do DF, transporte interurbano, implantação de complexos arquitetônicos nos núcleos satélites para uso da administração federal, "Projeto Lúcio Costa" ao longo da EPTG e com o futuro Lago do São Bartolomeu, a intenção maior é a de se preservar a cidade-capital para que ela possa assumir de fato e com o maior conforto possível o seu magnífico destino.

---

Gladson da Rocha é arquiteto

---